

Moção pela conservação do nosso Patrimônio Nacional, o Pantanal Mato-grossense

Nós, participantes do III Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas, realizado em Cuiabá – MT, entre 22-24 de junho de 2016, enquanto membros da comunidade científica, nos manifestamos, em favor do Pantanal Mato-grossense, frente às ameaças à conservação de seus processos ecológicos, do seu funcionamento hidro-ecológico.

Manifestamos nossa preocupação com os impactos ambientais e, por conseguinte sociais, que já acometem a região e com previsão de serem agravados em função: 1) da proliferação de hidrelétricas na bacia do Alto Paraguai (BAP), com previsão de 162 barragens, sendo que 44 já estão em operação, barrando e fragmentando os rios que formam o Pantanal, alterando o pulso de cheias e secas (pulsos de inundação) de cada rio em particular, bem como com potencial de alterar o funcionamento hidro-ecológico do sistema BAP/Pantanal como um todo e de impactar gravemente a produção pesqueira (já ocorrendo na bacia do Jauru e Cuiabá – MT); 2) da retomada do projeto da hidrovia industrial Paraguai-Paraná, em especial entre Cáceres e Corumbá, um dos trechos mais sensíveis quanto à alteração da hidrodinâmica do rio Paraguai, com consequências diretas também sobre o pulso de inundação; 3) do elevado índice de desmatamento no planalto (60% a 80%) circundante à planície pantaneira, e nela também avançando (15%) devido ao plantio de soja na Baixada Cuiabana, aumento da substituição de pastagens nativas por espécies africanas, desmatamento de cordilheiras e murundús e aumento expressivo de drenagens; 4) do mau uso do solo na área de planalto, onde predominam solos com alto potencial de erosivo, promovendo assoreamento dos rios formadores da planície pantaneira; e 5) da contaminação por esgoto urbano sem tratamento e por agrotóxicos.

O Pantanal é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO e conta ainda com três Sítios Ramsar, referentes à Convenção Ramsar de conservação de áreas úmidas de importância internacional. Contudo, apesar destas salvaguardas nacionais e internacionais, o Pantanal está cada vez mais ameaçado por atividades humanas realizadas sem qualquer planejamento sobre os impactos conjuntos e sinérgicos que causam e poderão causar na sua bacia formadora. Se continuarmos com a implantação deste modelo não sustentável, as atividades econômicas de maior importância socioeconômica da região, e que dependem profundamente da sua saúde ambiental, principalmente dos pulsos de inundação naturais, como a pesca profissional-artesanal e o turismo, em especial o turismo de pesca, maiores geradores de emprego e renda, bem como a pecuária tradicional, estarão em risco. Milhares de famílias das comunidades e povos tradicionais dependem da pesca para sua segurança alimentar e geração de emprego e renda; o turismo de pesca e ecológico movimentam a economia regional em alguns bilhões de reais. Ou seja, esta realidade social e econômica não pode ser simplesmente desconsiderada.

Assim, nos posicionamos a favor de uma ampla discussão na busca de um acordo com a sociedade regional e nacional (governos, sociedade civil, academia, usuários) para que se possa alcançar a efetiva conservação do sistema BAP/Pantanal, estabelecendo limites de uso dos recursos naturais, com base no uso racional e inteligente desses recursos, a sua sustentabilidade ambiental. Devemos respeitar os princípios Constitucionais do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, defendendo e preservando o Pantanal e sua bacia hidrográfica para as presentes e futuras gerações, por meio da conservação dos processos ecológicos dos ecossistemas pantaneiros.